

Banco Safra S.A.

**Demonstrações contábeis consolidadas
intermediárias em**

30 de setembro de 2011

e relatório dos auditores independentes

BANCO SAFRA S.A. E CONTROLADAS ("SAFRA CONSOLIDADO")
**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM MILHARES DE REAIS**

	Notas	SAFRA CONSOLIDADO	
		30.09.2011	30.09.2010
ATIVO			
CIRCULANTE		68.699.315	57.381.075
Disponibilidades	3(b) e 4	357.742	98.667
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3(c) e 5	22.571.765	20.067.040
Aplicações no mercado aberto		20.419.498	17.654.692
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.465.640	1.096.076
Aplicações em moedas estrangeiras		686.627	1.316.272
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	7.057.809	11.804.458
Carteira própria		3.505.654	9.075.459
Vinculados a compromissos de recompra		-	11.703
Instrumentos financeiros derivativos	3(e) e 7	202.320	124.983
Vinculados ao Banco Central		144.359	171.383
Vinculados a prestação de garantias		835.637	604.820
Recursos garantidores de reservas técnicas de seguros e previdências	11(b)	2.369.839	1.816.110
Relações interfinanceiras e interdependências		5.765.052	1.575.309
Pagamentos e recebimentos a liquidar		522.038	330.416
Depósitos no Banco Central	13(a)	5.239.808	1.240.088
Transferências internas de recursos e outros		3.206	4.805
Operações de crédito	3(g) e 8	30.458.238	22.345.035
Operações com características de concessão de crédito		31.030.214	22.923.419
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(571.976)	(578.384)
Outros créditos		2.393.408	1.470.609
Carteira de câmbio	9	1.739.145	899.607
Negociação e intermediação de valores	13(b)	167.382	156.953
Diversos	13(c)	486.881	414.049
Outros valores e bens - despesas antecipadas	3(h)	95.301	19.957
NÃO CIRCULANTE		18.785.851	14.707.229
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		18.162.647	13.932.282
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3(c) e 5	364.181	320.970
Aplicações no mercado aberto		-	150.111
Aplicações em depósitos interfinanceiros		364.181	170.859
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	2.249.600	1.753.233
Carteira própria		1.804.873	1.551.031
Instrumentos financeiros derivativos	3(e) e 7	222.854	198.882
Vinculados a prestação de garantias		221.873	3.320
Operações de crédito	3(g) e 8	14.789.556	11.334.334
Operações com características de concessão de crédito		15.464.487	11.510.079
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(674.931)	(175.745)
Outros créditos	13(c)	757.381	504.035
Carteira de câmbio	9	2.224	-
Diversos	13(c)	755.157	504.035
Outros valores e bens	3(h)	1.929	19.710
PERMANENTE		623.204	774.947
Investimentos	3(i) e 15(a)	391.016	476.934
Participações em coligadas e controladas:			
No país		-	13.541
Outros investimentos		391.116	463.517
(Provisão para perdas)		(100)	(124)
Imobilizado de uso	3(i) e 15(b)	206.307	272.126
Imóveis		233.063	317.804
Outras imobilizações de uso		310.954	290.212
(Depreciações acumuladas)		(337.710)	(335.890)
Intangível	3(i) e 15(c)	25.881	25.887
Ativos intangíveis		47.167	44.331
(Amortizações acumuladas)		(21.286)	(18.444)
TOTAL DO ATIVO		87.485.166	72.088.304

(continua)

BANCO SAFRA S.A. E CONTROLADAS ("SAFRA CONSOLIDADO")

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM MILHARES DE REAIS**

	Notas	SAFRA CONSOLIDADO	
		30.09.2011	30.09.2010
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Depósitos	3(k) e 10(a)	15.364.256	12.431.646
Depósitos à vista		647.690	1.106.681
Depósitos de poupança		1.189.595	774.176
Depósitos interfinanceiros		3.162.464	3.068.124
Depósitos a prazo		10.364.507	7.482.665
Captações no mercado aberto	3(k) e 10(b)	23.534.236	24.631.855
Carteira própria		12.783.954	13.082.490
Carteira de terceiros		10.750.282	11.549.365
Recursos de aceites e emissão de títulos	3(k) e 10(c)	1.626.811	432.770
Recursos de letras financeiras, de crédito e similares		1.485.386	339.493
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		141.425	93.277
Relações interfinanceiras e interdependências		477.224	451.088
Recebimentos e pagamentos a liquidar		308.659	307.807
Correspondentes		780	2.120
Recursos em trânsito de terceiros		166.725	140.339
Transferências internas de recursos		1.060	822
Obrigações por empréstimos e repasses	3(k) e 10(d)	8.742.941	5.866.702
Empréstimos no exterior		5.145.011	3.561.949
Obrigações por transferência de ativos financeiros		26.839	96.382
Repasses no país		3.296.519	2.208.371
Empréstimos de ações		274.572	-
Instrumentos financeiros derivativos	3(e) e 7	2.690.129	2.666.895
Outras obrigações		4.817.808	4.067.401
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.243.690	1.694.143
Carteira de câmbio	9	1.577.863	1.005.551
Sociais e estatutárias	16(b)	176.288	5.598
Fiscais e previdenciárias	14(c)	657.792	267.502
Provisões técnicas - operações de seguros e previdência	3(l) e 11(a)	227.770	162.553
Negociação e intermediação de valores	13(b)	196.964	150.115
Diversas	13(d)	737.441	781.939
NÃO CIRCULANTE		24.645.869	16.195.387
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos	3(k) e 10(a)	1.521.127	1.656.437
Depósitos interfinanceiros		102.332	250.989
Depósitos a prazo		1.418.795	1.405.448
Captações no mercado aberto - Carteira própria	3(k) e 10(b)	3.825.230	2.066.990
Recursos de aceites e emissão de títulos	3(k) e 10(c)	7.207.032	1.655.759
Recursos de letras financeiras, de crédito e similares		4.340.367	419.831
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		2.866.665	1.235.928
Obrigações por empréstimos e repasses	3(k) e 10(d)	4.815.590	3.685.210
Empréstimos no exterior		87.311	138.417
Obrigações por transferência de ativos financeiros		3.177	44.443
Repasses no país		4.725.102	3.502.350
Instrumentos financeiros derivativos	3(e) e 7	561.430	2.319.713
Outras obrigações		6.679.667	4.789.105
Fiscais e previdenciárias	14(c)	2.147.740	1.877.847
Provisões técnicas - operações de seguros e previdência	3(l) e 11(a)	2.148.291	1.667.480
Dívida subordinada	3(k) e 10(e)	2.101.727	996.903
Diversas	13(d)	281.909	246.875
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	3(o)	35.793	22.173
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		2.812.000	2.007.958
Reservas de capital		-	72.723
Reservas de lucros		2.761.922	2.021.657
Ajuste de avaliação patrimonial		11.970	533
Lucros acumulados		-	1.241.689
TOTAL DO PASSIVO		87.485.166	72.088.304

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO SAFRA S.A. E CONTROLADAS ("SAFRA CONSOLIDADO")**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS
EM 30 DE SETEMBRO
EM MILHARES DE REAIS**

		SAFRA CONSOLIDADO	
	Notas	2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.357.988	5.618.922
Operações de crédito		4.250.775	3.175.194
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.739.279	2.282.630
Receitas financeiras das operações com seguros e previdências	11(c)	129.214	98.379
Resultado de operações de câmbio	9	58.336	33.893
Resultado de aplicações compulsórias		180.384	28.826
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(4.981.791)	(3.610.261)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(165.718)	(444.779)
Operações de captação no mercado		(4.349.753)	(2.756.876)
Operações de empréstimos e repasses		(340.403)	(287.089)
Despesas financeiras com recursos de previdências	11(c)	(117.923)	(90.187)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(7.994)	(31.330)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA ANTES DOS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		2.376.197	2.008.661
RESULTADO DE CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		278.317	(161.727)
Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa	3(g) e 8(b)	(756.645)	(216.040)
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	3(g) e 8(c)	1.034.962	54.313
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.654.514	1.846.934
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(974.616)	(697.336)
Receitas de prestação de serviços	13(e)	417.922	370.842
Rendas de tarifas bancárias	13(f)	152.204	94.487
Despesas de pessoal	13(g)	(819.272)	(641.536)
Despesas administrativas	13(h)	(424.845)	(382.085)
Despesas tributárias	14(a-II)	(214.634)	(142.966)
Resultado de participações em coligadas e controladas	15(a)	(284)	709
Resultado com operações de seguros e previdência	11(c)	72.453	60.270
Outras receitas operacionais	13(i)	47.768	58.715
Outras despesas operacionais	13(j)	(205.928)	(115.772)
RESULTADO OPERACIONAL		1.679.898	1.149.598
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		2.936	4.862
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.682.834	1.154.460
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14(a-I)	(794.213)	(418.303)
LUCRO LÍQUIDO		888.621	736.157
Lucro por ação em R\$ (Nota 3(a))		290.019,91	271.157,37

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO SAFRA S.A. E CONTROLADAS ("SAFRA CONSOLIDADO")

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS
EM 30 DE SETEMBRO (NOTA 16)
EM MILHARES DE REAIS**

	Capital social realizado	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2010	2.007.958	72.723	1.509.418	(1.324)	1.317.771	4.906.546
Dividendos	-	-	-	-	(300.000)	(300.000)
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	-	1.857	-	1.857
Lucro líquido no período	-	-	-	-	736.157	736.157
Destinações:						
Reserva legal	-	-	17.766	-	(17.766)	-
Reserva especial	-	-	494.473	-	(494.473)	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010	<u>2.007.958</u>	<u>72.723</u>	<u>2.021.657</u>	<u>533</u>	<u>1.241.689</u>	<u>5.344.560</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2011	2.245.458	72.723	3.295.806	(245)	-	5.613.742
Aumento de capital	657.195	(72.723)	(584.472)	-	-	-
Redução de capital	(90.653)	-	-	-	-	(90.653)
Grupamento de ações	-	-	(7.080)	-	-	(7.080)
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	-	12.215	-	12.215
Destinação:						
Lucro líquido no período	-	-	-	-	888.621	888.621
Reserva legal	-	-	44.431	-	(44.431)	-
Reserva especial	-	-	678.237	-	(678.237)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(165.953)	(165.953)
Dividendos	-	-	(665.000)	-	-	(665.000)
SALDOS EM 30 SETEMBRO DE 2011	<u>2.812.000</u>	<u>-</u>	<u>2.761.922</u>	<u>11.970</u>	<u>-</u>	<u>5.585.892</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO SAFRA S.A. E CONTROLADAS ("SAFRA CONSOLIDADO")

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS
EM 30 DE SETEMBRO
EM MILHARES DE REAIS**

	SAFRA CONSOLIDADO	
	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	2.764.073	1.459.447
Lucro líquido do período	888.621	736.157
Ajustes ao lucro líquido:		
Depreciações e amortizações	28.079	28.623
Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa	756.645	216.040
Resultado de participação em coligadas e controladas	284	(709)
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	12.215	1.857
Provisões para contingências e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	284.016	59.176
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	794.213	418.303
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(2.396.541)	63.420
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(812.902)	3.196.265
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	2.787.096	(966.447)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)	(1.251.037)	(889.208)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências (ativos/passivos)	(3.965.519)	(486.660)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(9.526.521)	(6.915.696)
(Aumento) Redução em outros créditos	(181.126)	(44.601)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(66.130)	(13.365)
Aumento (Redução) em depósitos	2.318.155	408.592
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	(544.731)	1.362.000
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	3.243.442	2.193.478
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	4.403.394	285.865
Aumento (Redução) em operações de câmbio (ativos/passivos)	(274.232)	25.479
Aumento (Redução) em cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.227.325	1.682.845
Aumento (Redução) em outras obrigações	774.346	459.929
Impostos pagos	(528.101)	(235.056)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	367.532	1.522.867
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Títulos disponíveis para venda	(867.355)	1.057.039
Títulos mantidos até o vencimento	(204.906)	484.970
Aquisição de imobilizado de uso	(21.185)	(19.268)
Alienação de imobilizado de uso	18.055	14.662
Aquisição de bens não de uso	(1.278)	(957)
Aquisição de investimentos	(448)	(2.114)
Alienação de investimentos	65.661	-
Aplicação no intangível	(13.419)	(10.546)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.024.875)	1.523.786
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Redução de capital	(5.024)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.298.889	-
Divida subordinada	821.272	278.402
Dividendos pagos	(665.000)	(300.000)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	1.450.137	(21.598)
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	792.794	3.025.055
Caixa e equivalente a caixa no início do período	10.553.427	8.892.342
Caixa e equivalente a caixa no final do período	11.346.221	11.917.397
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	792.794	3.025.055

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

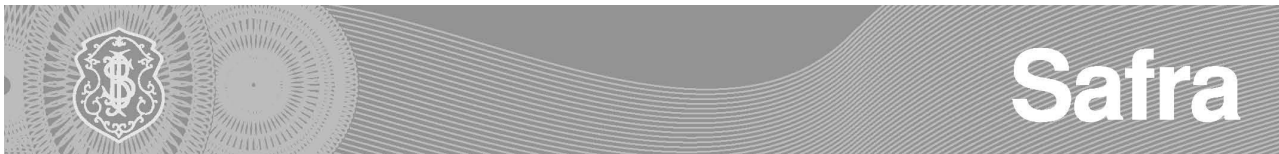
A DIRETORIA

José Manuel da Costa Gomes
Contador - CRC nº 1SP219892/O-0

BANCO SAFRA S.A. E CONTROLADAS ("SAFRA CONSOLIDADO")
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS
EM 30 DE SETEMBRO
EM MILHARES DE REAIS

	SAFRA CONSOLIDADO	
	2011	2010
Receitas	8.329.588	6.208.098
Intermediação financeira	7.357.988	5.618.922
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	570.126	465.329
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	278.317	-
Resultado com operações de seguros e previdência	72.453	60.270
Outras receitas operacionais	47.768	58.715
Resultado não operacional	2.936	4.862
Despesas	(5.187.719)	(3.887.760)
Intermediação financeira	(4.981.791)	(3.610.261)
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	-	(161.727)
Outras despesas operacionais	(205.928)	(115.772)
Despesas de insumos adquiridos	(363.361)	(326.718)
Instalações	(20.505)	(20.787)
Processamento de dados e telecomunicações	(38.624)	(43.169)
Serviços de terceiros	(124.775)	(121.786)
Serviços do sistema financeiro	(27.027)	(22.755)
Serviços de vigilância, segurança e transportes	(24.211)	(22.917)
Outros	(128.219)	(95.304)
Valor adicionado bruto	2.778.508	1.993.620
Retenções - depreciações e amortizações	(28.079)	(28.623)
Valor adicionado líquido produzido	2.750.429	1.964.997
Valor adicionado recebido em transferência - resultado de equivalência patrimonial	(284)	709
Valor adicionado líquido a distribuir	2.750.145	1.965.706
Distribuição do valor adicionado	2.750.145	1.965.706
Pessoal	714.193	554.379
Remuneração	553.598	462.541
Benefícios	58.583	47.176
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	36.963	29.313
Outros	65.049	15.349
Impostos, taxas e contribuições	1.113.927	648.427
Federais	1.088.519	616.497
Estaduais	241	7.624
Municipais	25.167	24.306
Remuneração de capital de terceiros - aluguéis	33.404	26.743
Remuneração de capital próprio - lucro retido no período	888.621	736.157

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E DE 2010 (EM MILHARES DE REAIS OU CONFORME INDICADO)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Safra S.A., em conjunto com suas empresas controladas, tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, inclusive câmbio, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimentos, e arrendamento mercantil), e de atividades complementares dentre as quais se destacam as operações de seguros, previdência privada, corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito e de fundos de investimento e carteiras administradas, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Banco Safra S.A. e controladas ("CONSOLIDADO") foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), no que forem aplicáveis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro. Com isso, o resultado financeiro dessas operações é apresentado agrupado na rubrica Operações de crédito da demonstração do resultado.

As operações de adiantamento sobre contratos de câmbio estão apresentadas conjuntamente às operações de crédito. A apresentação do resultado de câmbio considera as receitas e despesas que representam as diferenças de taxas incidentes sobre os montantes representativos de moedas estrangeiras.

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco Safra S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08.11.2011.

b) Consolidação

Os saldos das contas patrimoniais e os resultados entre a controladora e as sociedades controladas, bem como os resultados não realizados entre as empresas incluídas na consolidação, foram eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem o Banco Safra e suas controladas abaixo relacionadas, destacando-se:

	Participação (%)	
	30.09.2011	30.09.2010
Banco Safra (Cayman Islands) Limited (1)	100,00	100,00
J Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda.	99,99	99,99
Safra Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99,99	99,99
Safra Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	99,99	99,99
Banco J. Safra S.A.	99,99	99,99
Safra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários	90,98	90,42
Sercom Comércio e Serviços Ltda.	99,99	99,99
Elong Administração e Representações Ltda.	99,99	99,99
Safra Vida e Previdência S.A.	99,98	99,98
Safra Seguros Gerais S.A.	99,99	99,99
Aratu Segurança e Vigilância S/S Ltda.	99,99	99,99
Taquari Representações e Participações Ltda.	99,99	99,99
Stone Fountain Investments Inc. (1)	99,99	99,99
Kiama S.A. (1)	99,99	99,99

(1) Exterior

c) **Reclassificações para fins de comparabilidade**

O Banco efetuou aprimoramentos na apresentação das informações contidas nestas demonstrações contábeis, visando melhorar o entendimento dessas informações pelos usuários. Desta forma, efetuamos reclassificações nos saldos de 30.09.2010, visando permitir a comparabilidade das demonstrações contábeis atuais. As principais mudanças foram: a) agrupamento das obrigações por empréstimos e das obrigações por repasses em um mesmo grupo do passivo intitulado obrigações por empréstimos e repasses; b) maior detalhamento das contas de resultado, principalmente das rubricas outras receitas e despesas operacionais e receitas de prestação de serviços; c) perdas de crédito com operações de arrendamento mercantil; d) Reclassificação do item equipamentos de uso para sistemas de transporte; e) reclassificação de repasses interfinanceiros para carteira de crédito; e f) apresentação das receitas e despesas decorrentes de operações com características de operações de crédito ou, de títulos e valores mobiliários e derivativos, classificadas em outras receitas e despesas operacionais, para as respectivas rubricas de resultado referentes a essas operações. Destacamos que os aprimoramentos mencionados não alteraram o lucro líquido, o patrimônio líquido ou o resultado por ações.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

O resultado por ação para o período findo em 30.09.2011 foi apurado com base na quantidade de ações na data-base (3.064). Para fins de comparabilidade, para o período findo em 30.09.2010 foi calculado com base na quantidade equivalente de ações após o grupamento na ordem de uma para 400, ocorrido em 10.05.2011.

b) **Fluxo de Caixa**

I- Caixa e equivalentes a caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações em cotas de fundo de investimento e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado imaterial. Os equivalentes a caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

II- Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada pelo método indireto, com base nos critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela entidade como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que:

- Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento. Inclui as captações efetuadas para financiar operações de intermediação financeira e outras atividades operacionais típicas de instituições financeiras;
- Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa, tais como as aplicações em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento; e
- Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade. Inclui aquelas operações de captação estruturadas com o objetivo de obter recursos para o financiamento da própria Entidade.

c) **Aplicações financeiras de liquidez**

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data do balanço, calculadas "pro rata temporis".

d) **Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários;
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco, por meio da modificação de certas características de ativos e passivos financeiros objetos de "hedge", que sejam altamente efetivos e que atendam a todos os demais requerimentos de designação e documentação de que trata a Circular BACEN nº 3.082/2002, são classificados como "hedge" contábil de acordo com sua natureza:

- "Hedge" de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e
- "Hedge" de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste de Avaliação Patrimonial". A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes ou por conta própria, que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Mensuração do valor a mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

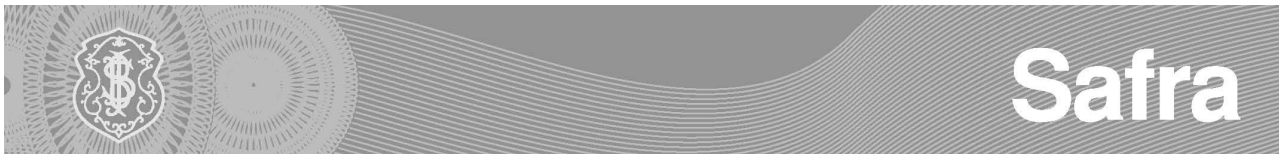
g) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. As operações são atualizadas até o 60º dia de atraso. Aquelas vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de classificação de risco, têm sua receita reconhecida somente quando recebidas.

São constituídas provisões para fazer face ao risco de realização dos créditos, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a classificação das operações em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), e também fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada e revisada periodicamente pela Administração, que leva em conta, entre outros elementos, a experiência histórica com os tomadores de recursos, a conjuntura econômica e os riscos globais e específicos das carteiras.

As operações classificadas como nível "H" permanecem por seis meses nesta classificação, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente



recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h) Outros valores e bens

Compostos basicamente por bens não destinados a uso, notadamente aqueles recebidos em dação de pagamento; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios ou prestação de serviços decorrentes ocorrerão em períodos futuros.

i) Ativo permanente

- Investimentos: os investimentos em empresas controladas e em empresas coligadas onde haja influência significativa ou a participação seja igual ou superior a 20% do capital votante são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos são representados basicamente por ações e cotas de empresas em que o Banco, direta ou indiretamente, não exerce influência significativa ou não possui mais de 20% do capital votante, e que por isso são mantidos ao valor de custo, ajustados por provisão para perdas não temporárias ("impairment"). Os dividendos recebidos destes investimentos são reconhecidos no resultado.
- Imobilizado de uso: corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram ao Banco os benefícios, riscos e controles desses bens. São demonstrados ao valor de custo, líquido das respectivas depreciações acumuladas. Tais depreciações são calculadas pelo método linear, sendo que as taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens são as seguintes: imóveis de uso - 4%; sistemas de comunicação e segurança, instalações, aeronaves, móveis e utensílios - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%, ajustados por provisão para perdas não temporárias ("impairment").
- Intangível: corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco e de suas controladas ou exercidos com tal finalidade e, aqueles com vida útil definida, são amortizados linearmente durante o período estimado do benefício econômico do bem, ajustados por provisão para perdas não temporárias ("impairment").

j) Redução ao valor de recuperação – ativos não financeiros

A Resolução nº 3.566/2008, do Conselho Monetário Nacional (CMN), dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros "impairment" é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros, são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração do Grupo Safra não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo permanente em 30.09.2011 e 2010.

k) Captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

Os custos de transação incorridos, referentes basicamente por valores pagos a terceiros pelo serviço de intermediação, colocação e distribuição de títulos de emissão própria são contabilizados como redutores dos títulos e são apropriadas mensalmente, "pro rata temporis", para a adequada conta de despesa, exceto nos casos em que os títulos sejam mensurados a valor justo por meio do resultado.

I) Operações de seguros e previdência privada

I - Provisões técnicas de seguros e previdência privada

As provisões técnicas de seguros e previdência privada são calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais, conforme disposto pela SUSEP e segundo critérios estabelecidos nas Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nºs 162/2006, 181/2007, 195/2008 e 204/2009:

- Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): constituída para cobertura de sinistros a ocorrer referentes aos riscos vigentes na data de cálculo, pela parcela dos prêmios retidos correspondentes aos períodos de riscos não decorridos de contratos de seguros, calculada "pro rata temporis". As referentes a operações de retrocessão são constituídas com base em informações recebidas do IRB Brasil Resseguros S.A. Adicionada a esta provisão, é constituída a reserva de riscos vigentes e não emitidos (RVNE) para cobertura dos riscos que ainda não foram emitidos na data base de cálculo;
- Provisão de sinistros a liquidar: constituída com base em estimativa de pagamento de indenizações, conforme avisos de sinistros recebidos até a data-base, e atualizada monetariamente de acordo com normas da SUSEP;
- Provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos: representam o valor das obrigações assumidas com os participantes de planos PGBL e VGBL, e são constituídas conforme nota técnica atuarial aprovada pela SUSEP;
- Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR): calculada atuarialmente e constituída para a cobertura dos sinistros que ocorreram mas não foram avisados pelos segurados;
- Provisão para insuficiência de contribuição (PIC): anualmente apurada através de cálculo atuarial, é constituída para cobrir eventual insuficiência de provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos;
- Provisão para insuficiência de prêmio (PIP): apurada através de cálculo atuarial prospectivo, é constituída se for constatada insuficiência da PPNG;
- Provisão para despesas administrativas (PDA): constituída para cobrir despesas administrativas dos planos VGBL, PGBL e seguro de vida individual, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial;
- Provisão complementar de prêmios (PCP): constituída mensalmente para complementar a PPNG, e o seu valor é igual à diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês de constituição e a PPNG constituída, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não.

II - Teste de adequação do passivo

O teste de adequação do passivo, instituído pela Circular SUSEP nº 410/2010, é realizado semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos atuários internos do Safr.

A cada data da demonstração consolidada da posição financeira, o teste de adequação do passivo é efetuado para verificar a adequação dos passivos de seguro líquidos dos custos de aquisição relacionados. Para efetuar esse teste, o Safr utiliza as melhores estimativas dos fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas. Qualquer deficiência é contabilizada, inicialmente, utilizando os custos de aquisição diferidos relacionados e, posteriormente, uma provisão no passivo.

Contratos de seguro de longo prazo são mensurados com base em premissas do início do contrato. Quando o teste de adequação requer a adoção de novas premissas, essas são usadas prospectivamente.

III - Apuração de resultado de seguros e resseguros

Os prêmios de seguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e os respectivos custos de comercialização são registrados por ocasião da emissão das respectivas apólices ou faturas, e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição.

As receitas de contribuições previdenciárias são reconhecidas por ocasião de seu recebimento.

Prêmios de resseguros cedidos são diferidos e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de cobertura.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- (i) Ativos Contingentes - são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.
- (ii) Passivos Contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracteriza como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas.

As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação.

- (iii) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

Os depósitos judiciais não vinculados às provisões reconhecidas e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

n) Tributos

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social (1)	15,00%
PIS (2)	0,65%
COFINS (2)	4,00%
ISS	até 5,00%

1) As controladas não financeiras permanecem sujeitas à alíquota de 9% da referida contribuição;

2) As controladas não financeiras que se enquadram no regime de apuração não cumulativa ficam sujeitas às alíquotas do PIS e da COFINS, respectivamente, de 1,65% e 7,6%.

A Lei nº 11.941/2009, criou o chamado Regime Tributário de Transição - RTT, buscando, senão, neutralizar os impactos da adoção dos novos critérios contábeis, tais como instituídos pela Lei nº 11.638/2007 e pela própria Lei nº 11.941/2009. Assim, o RTT, que aplicado a todas as pessoas jurídicas a partir do ano de 2010, estabeleceu, em suma, "que devem ser considerados, para fins fiscais, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007".

o) Resultados de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

p) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (v) créditos tributários; (vi) créditos de liquidação duvidosa e (vii) provisões técnicas de seguros e previdência complementar. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

	30.09.2011	30.09.2010
Disponibilidades	357.742	98.667
Cotas de fundos de investimentos exclusivos (1)	564.713	4.444.901
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	9.530.075	6.240.222
Aplicações em depósitos interfinanceiros	207.064	60.334
Aplicações em moedas estrangeiras	686.627	1.073.273
Total	11.346.221	11.917.397

(1) Recursos aplicados em operações compromissadas.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30.09.2011				30.09.2010
	Valor por prazos de vencimento				Total
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	
Aplicações no mercado aberto	20.419.498	-	-	20.419.498	17.804.803
Posição bancada - Tesouro Nacional	9.461.763	-	-	9.461.763	6.240.222
Posição bancada - Títulos privados	68.312	-	-	68.312	-
Posição financiada - Tesouro Nacional	10.889.423	-	-	10.889.423	11.564.581
Aplicações em depósitos interfinanceiros (1)	823.839	641.801	364.181	1.829.821	1.266.935
Aplicações em moedas estrangeiras	686.627	-	-	686.627	1.316.272
Total em 30.09.2011	21.929.964	641.801	364.181	22.935.946	20.388.010
Total em 30.09.2010	19.221.956	845.084	320.970	20.388.010	

(1) Deste montante, R\$ 620.000 (R\$ 225.000 em 30.09.2010), referem-se a operações contratadas com instituições financeiras não ligadas, objeto de vinculação ao recolhimento compulsório sobre recursos a prazo.



Safra

6. CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Por faixa de vencimento:

	30.09.2011							30.09.2010
	Custo Contábil	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de Mercado
Títulos para negociação	5.870.359	22.233	5.892.591	2.876.333	869.955	2.146.303	-	10.654.765
Tesouro Nacional	2.918.414	21.527	2.939.940	-	869.955	2.069.985	-	2.173.573
Letras do Tesouro Nacional	433.042	5.100	438.142	-	-	438.142	-	694.473
Notas do Tesouro Nacional	2.477.069	16.427	2.493.495	-	869.955	1.623.540	-	1.475.267
Letras Financeiras do Tesouro	8.303	-	8.303	-	-	8.303	-	3.833
Tesouro Nacional – Vinculado a reserva técnica (1)	75.935	383	76.318	-	-	76.318	-	92.345
Cotas de fundos de investimentos PGBL/VGBL/DPVAT (1)	2.293.521	-	2.293.521	2.293.521	-	-	-	1.723.765
Cotas de fundos de investimentos (2)	564.713	-	564.713	564.713	-	-	-	6.665.082
Ações	17.776	323	18.099	18.099	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	2.725.205	19.116	2.744.322	94.003	509.338	114.235	2.026.746	2.486.811
Tesouro Nacional	589.764	12.876	602.641	-	-	41.321	561.320	85.660
Letras do Tesouro Nacional	32.191	-	32.191	-	-	32.191	-	85.660
Notas do Tesouro Nacional	557.573	12.876	570.450	-	-	9.130	561.320	-
Títulos Privados	1.554.865	6.240	1.561.105	94.003	3.059	49.900	1.414.143	1.968.067
Debêntures	950.023	-	950.023	-	-	-	950.023	754.525
Certificado de recebíveis imobiliários	155.737	5.746	161.483	-	-	-	161.483	171.269
Ações	93.509	494	94.003	94.003	-	-	-	110.000
Certificado de depósito bancário	355.596	-	355.596	-	3.059	49.900	302.637	932.273
Títulos Exterior	580.576	-	580.576	-	506.279	23.014	51.283	433.084
Títulos de governo outros países	-	-	-	-	-	-	-	5.669
Certificado de depósito bancário	447.078	-	447.078	-	447.078	-	-	427.415
Eurobonds	133.498	-	133.498	-	59.201	23.014	51.283	-
Títulos mantidos até o vencimento	245.322	-	245.322	-	156.017	89.305	-	92.250
Títulos Privados	162.280	-	162.280	-	146.041	16.239	-	73.822
Debêntures	16.239	-	16.239	-	-	16.239	-	14.893
Notas Promissórias	146.041	-	146.041	-	146.041	-	-	58.929
Títulos Exterior – Certificado de depósito bancário	83.042	-	83.042	-	9.976	73.066	-	18.428
Instrumentos financeiros derivativos – Ativo (Nota 7)	410.613	14.561	425.174	-	21.807	180.513	222.854	323.865
Total em 30.09.2011	9.251.499	55.910	9.307.409	2.970.336	1.557.117	2.530.356	2.249.600	13.557.691
Total em 30.09.2010	13.444.252	113.439	13.557.691	8.475.371	646.732	2.682.355	1.753.233	

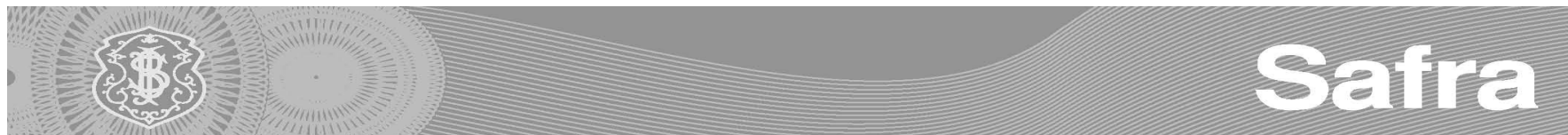
(1) Recursos garantidores de reservas técnicas (Nota 11(b)).



(2) Deste montante, R\$ 564.713 (R\$ 6.665.082 em 30.09.2010) referem-se a cotas de fundos de investimentos exclusivos das empresas do Grupo Safra, administrados pela JS Administração de Recursos S.A., cuja carteira está assim distribuída:

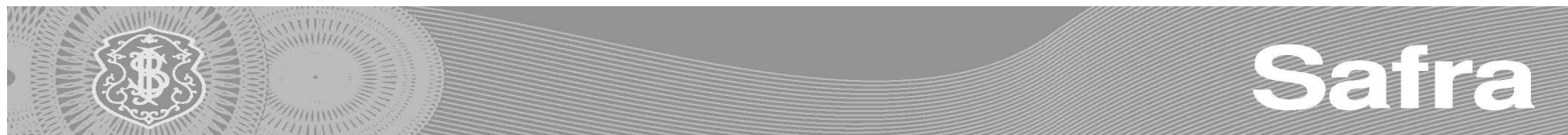
	30.09.2011	30.09.2010
Títulos para negociação		
Certificados de Depósito Bancário – CDB	-	981.081
Debêntures	-	26.175
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	19.362
Operações Compromissadas	<u>564.713</u>	<u>4.444.901</u>
Letras do Tesouro Nacional	-	4.444.901
Notas do Tesouro Nacional	460.615	-
Letras Financeiras do Tesouro	104.098	-
Operações estruturadas de renda fixa ^(a)	-	1.193.563
TOTAL	564.713	6.665.082

^(a) Operações estruturadas com o objetivo de alcançar rentabilidade semelhante à do CDI contratadas junto ao Banco Safra S.A.



b) Por característica

	30.09.2011				30.09.2010	
	Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Carteira própria	676.815	665.355	2.163.484	1.804.873	5.310.527	10.626.490
Tesouro Nacional	-	-	2.001.265	339.447	2.340.712	1.481.216
Letras do Tesouro Nacional	-	-	392.354	-	392.354	106.435
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	3.648	-	3.648	513
Notas do Tesouro Nacional	-	-	1.605.263	339.447	1.944.710	1.374.348
Títulos Privados	664.254	149.100	66.139	1.414.143	2.293.636	8.693.762
Debêntures	-	-	16.239	950.023	966.262	769.418
Ações	99.541	-	-	-	99.541	110.000
Notas Promissórias	-	146.041	-	-	146.041	58.929
Cotas de fundo de investimento	564.713	-	-	-	564.713	6.665.082
Certificado de depósito bancário	-	3.059	49.900	302.637	355.596	919.064
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	161.483	161.483	171.269
Títulos Exterior	12.561	516.255	96.080	51.283	676.179	451.512
Títulos de governo outros países	-	-	-	-	-	5.669
Certificado de depósito bancário	-	457.054	73.066	-	530.120	445.843
Ações	12.561	-	-	-	12.561	-
Eurobonds	-	59.201	23.014	51.283	133.498	-
Vinculados a compromissos de recompra - Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	11.703
Vinculados ao Banco Central – Tesouro Nacional	-	144.359	-	-	144.359	171.383
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	171.383
Notas do Tesouro Nacional	-	144.359	-	-	144.359	-
Vinculados a prestação de garantias – Tesouro Nacional (1)	-	725.596	110.041	221.873	1.057.510	608.140
Letras do Tesouro Nacional	-	-	77.979	-	77.979	502.395
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	4.655	-	4.655	3.320
Notas do Tesouro Nacional	-	725.596	27.407	221.873	974.876	89.216
Certificado de depósito bancário	-	-	-	-	-	13.209
Recursos garantidores de reservas técnicas de seguros e previdência	2.293.521	-	76.318	-	2.369.839	1.816.110
Tesouro Nacional	-	-	76.318	-	76.318	92.345
Cotas de fundo de investimento – PBGL/VGBL/DPVAT	2.293.521	-	-	-	2.293.521	1.723.765
Instrumentos financeiros derivativos – Ativo (Nota 7)	-	21.807	180.513	222.854	425.174	323.865
Total em 30.09.2011	2.970.336	1.557.117	2.530.356	2.249.600	9.307.409	13.557.691
Total em 30.09.2010	8.475.371	646.732	2.682.355	1.753.233	13.557.691	



- (1) Refere-se a garantia de operações realizadas em bolsa no valor de R\$ 927.298 (R\$ 567.122 em 30.09.2010), realizadas em câmara de liquidação e custódia no valor de R\$ 85.236 (R\$ 97.264 em 30.09.2010) e recursos cíveis e trabalhistas (Nota 12(c-I)) no valor de R\$ 44.975 (R\$ 59.574 em 30.09.2010).

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros derivativos pelo Consolidado, tem por objetivo principal proporcionar, aos seus clientes produtos que possibilitem a proteção de seus ativos contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moedas e de taxas de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados na administração diária dos riscos assumidos em operações, incluindo-se também os "hedges" das carteiras de títulos e de operações prefixadas definidos pela Administração.

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos são: risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez, abaixo definidos:

- Risco de crédito é o risco decorrente da possibilidade de perda devido ao não recebimento de contrapartes ou de credores de valores contratados.
- Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotações de mercadorias, preços cotados em mercados de ações e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.
- Define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

As posições do Banco Safra e controladas são monitoradas por área de controle independente, que utiliza sistema específico para administração de risco, com cálculo do VaR (*Value at Risk*) com intervalo de confiança de 99%, testes de estresse, *back testing* e demais recursos técnicos. O Grupo possui um Comitê de Risco de Mercado, composto por executivos do alto escalão, que se reúne semanalmente, com foco principal na discussão de conjuntura econômica, e um Comitê de Riscos e Tesouraria, com participação de membros do Comitê Executivo, que se reúne mensalmente para discutir de forma detalhada aspectos da gestão de risco de mercado, bem como revisar limites de risco, estratégias e resultados.



a) Contas patrimoniais

	30.09.2011						30.09.2010
	Custo contábil	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de Mercado
Instrumentos financeiros derivativos - ATIVO							
Non Deliverable Forward - NDF	45.894	-	45.894	2.760	4.925	38.209	819
Prêmios de opções	3.314	394	3.708	2.552	593	563	21.638
Índice Bovespa	3.314	394	3.708	2.552	593	563	20.991
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	647
Termo	39.335	(259)	39.076	1.249	16.092	21.735	44.063
Ações	1.386	(137)	1.249	1.249	-	-	44.063
Títulos Públicos	37.949	(122)	37.827	-	16.092	21.735	-
Swap - valores a receber	322.070	13.603	335.673	14.423	158.903	162.347	257.345
Taxa de juros	35.131	(13.066)	22.065	2.812	13.670	5.583	171.705
Moeda estrangeira	286.939	26.669	313.608	11.611	145.233	156.764	85.640
Futuro	-	823	823	823	-	-	-
Total	410.613	14.561	425.174	21.807	180.513	222.854	323.865
Instrumentos financeiros derivativos - PASSIVO							
Non Deliverable Forward – NDF	(1.484)	-	(1.484)	(1.435)	-	(49)	(38.554)
Prêmios de opções (1)	(2.471.068)	11.098	(2.459.970)	(821.332)	(1.485.815)	(152.823)	(4.582.298)
Índice Bovespa	(130)	(19)	(149)	(149)	-	-	(8.668)
Moeda estrangeira	(2.470.938)	11.117	(2.459.821)	(821.183)	(1.485.815)	(152.823)	(4.573.630)
Termo	(37.949)	122	(37.827)	-	(16.092)	(21.735)	-
Títulos Públicos	(37.949)	122	(37.827)	-	(16.092)	(21.735)	-
Swap - valores a pagar (1)	(714.739)	(37.105)	(751.844)	(56.179)	(308.842)	(386.823)	(364.924)
Taxa de juros	(131.783)	(18.252)	(150.035)	(27.287)	(104.261)	(18.487)	(197.138)
Moeda estrangeira	(582.956)	(18.853)	(601.809)	(28.892)	(204.581)	(368.336)	(167.786)
Futuro	-	(434)	(434)	(434)	-	-	(832)
Total	(3.225.240)	(26.319)	(3.251.559)	(879.380)	(1.810.749)	(561.430)	(4.986.608)
Total do Ativo	410.613	14.561	425.174	21.807	180.513	222.854	323.865
Total do Passivo	(3.225.240)	(26.319)	(3.251.559)	(879.380)	(1.810.749)	(561.430)	(4.986.608)

(1) Inclui prêmios de operações estruturadas de renda fixa no montante de R\$ 2.836.690 (R\$ 4.504.320 em 30.09.2010).



b) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por Valor Referencial:

	Locais de Negociação	30.09.2011				30.09.2010
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total Referencial	Total Referencial
Non Deliverable Forward - NDF		90.370	53.422	489.240	633.032	592.015
Comprada	CETIP	79.482	53.422	489.240	622.144	565.981
Vendida	CETIP	10.888	-	-	10.888	26.034
Prêmios de opções		7.783.329	13.555.429	1.603.730	22.942.488	63.808.277
Comprado		463.993	7.039	3.456	474.488	5.443.262
Índice Bovespa	CETIP	93.113	7.039	3.456	103.608	5.104.422
Moeda estrangeira	BM&FBOVESPA	370.880	-	-	370.880	338.840
Vendido		7.319.336	13.548.390	1.600.274	22.468.000	58.365.015
Índice Bovespa	CETIP	5.856	123	-	5.979	4.994.932
Moeda estrangeira	BM&FBOVESPA	7.313.480	13.548.267	1.600.274	22.462.021	53.370.083
Termo		1.386	16.117	21.842	39.345	43.487
Ações – Compras a termo a receber	BM&FBOVESPA	1.386	-	-	1.386	43.487
Títulos Públicos		-	16.117	21.482	37.959	-
Compras a termo a receber	BM&FBOVESPA	-	8.071	-	8.071	-
Vendas a termo a receber	BM&FBOVESPA	-	8.046	21.842	29.888	-
Swap		2.497.532	3.586.164	2.180.685	8.264.381	7.267.639
Taxa de juros	BM&FBOVESPA	20.000	200.000	258.500	478.500	685.581
Taxa de juros	CETIP	975.237	2.430.833	1.132.016	4.538.086	4.147.571
Moeda estrangeira	CETIP	1.502.295	955.331	790.169	3.247.795	2.434.537
Mercado Futuro – BM&FBOVESPA		5.661.536	3.709.363	9.931.438	19.302.337	14.092.093
Posições compradas		570.955	453.887	2.288.432	3.313.274	1.213.124
Taxa de juros	BM&FBOVESPA	402.892	453.887	2.288.432	3.145.211	1.097.637
Moeda estrangeira	BM&FBOVESPA	168.063	-	-	168.063	115.487
Posições vendidas		5.090.581	3.255.476	7.643.006	15.989.063	12.878.969
Taxa de juros	BM&FBOVESPA	4.749.328	3.255.476	7.643.006	15.647.810	12.398.885
Moeda estrangeira	BM&FBOVESPA / CME (1)	341.253	-	-	341.253	480.084
Swap Cambial	BM&FBOVESPA	-	-	-	-	152.478
	CETIP	2.666.871	3.446.748	2.414.881	8.528.500	16.381.100
	BM&FBOVESPA/CME (1)	13.367.282	17.473.747	11.812.054	42.653.083	69.574.889
Total		16.034.153	20.920.495	14.226.935	51.181.583	85.955.989

(1) Chicago Mercantile Exchange – CME.

c) Derivativos de Crédito

O Banco Safra faz utilização de instrumentos financeiros derivativos de crédito com o objetivo de oferecer aos seus clientes, por meio de emissão de títulos e valores mobiliários, oportunidades de diversificação de seus portfólios de investimento.

Em 30.09.2011 (em 30.09.2010 não detinha operações em derivativos de crédito), o Banco Safra detinha as seguintes posições em derivativos de crédito, demonstradas pelo seu valor referência:

	Valor de risco de crédito	Volume de risco de crédito no período
Riscos Transferidos	229.742	(208.347)
Swap de crédito cujos ativos subjacentes são:		
Títulos e Valores Mobiliários	229.742	(208.347)
Riscos Recebidos	(229.742)	215.262
Swap de crédito cujos ativos subjacentes são:		
Títulos e Valores Mobiliários	(229.742)	215.262
Total em 30.09.2011	-	6.915

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo aos fatos geradores previstos nos contratos.

Não houve efeito relevante no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) em 30.09.2011, de acordo com a Resolução CMN nº 3.490/2007. As exposições em risco de crédito do Banco Safra são mitigadas, conforme previsto na Circular BACEN nº 3.360/2007, por instrumentos de garantia contratados junto aos clientes.

d) Hedge de ativos e passivos financeiros

O objetivo dos relacionamentos de hedge contábil designados pelo Safra é proteger o valor justo de ativos e passivos, decorrentes do risco de oscilação da taxa de juros referencial de mercado (CDI ou Libor) ou variação cambial, conforme o caso.

Neste contexto, o Banco Safra designou ativos e passivos financeiros com taxas pré-fixadas, representados substancialmente por operações de crédito, arrendamento mercantil e captações, como itens objeto de hedge em um relacionamento de hedge contábil de portfólio. Para proteger o valor de mercado dos itens que compõe referido portfólio, no montante de R\$ 13.512.079 (R\$ 9.533.657 em 30.09.2010) foram designados como instrumentos derivativos de hedge contratos futuros DI negociados na BM&FBOVESPA, sendo que o ganho/(perda) não realizado acumulado pela marcação a mercado do ativo objeto de hedge foi de R\$ 150.929 (R\$ 42.634 em 30.09.2010) e se encontra registrado integralmente no resultado do período (Notas 13(c)).

Para proteger o valor de mercado da captação pré-fixada efetuada em 27.01.2011 pela Agência Grand Cayman, através da emissão de US\$ 500.000 de Dívida Subordinada (Nota 10(e)) foi efetuado um Swap Pré x Libor 6 meses com terceiros, designando-o como instrumento derivativo de hedge em um hedge de valor de mercado de taxa de juros. O valor de mercado do item objeto de hedge em 30.09.2011 era de R\$ 1.044.484, sendo que o swap tem exatamente o mesmo referencial, moeda, taxa de juros e vencimento da dívida original. Portanto, não são esperadas inefetividades. O ganho não realizado acumulado pela marcação a mercado do passivo objeto de hedge foi de R\$ 109.245 e se encontra registrado integralmente no resultado do período.

Para proteger o valor de mercado da captação pré-fixada efetuada em 08.08.2011 pelo Banco Safra, através da emissão de R\$ 800.000 (Nota 10(c)) foram designados contratos futuros DI negociados na BM&FBOVESPA como instrumentos derivativos de hedge, cujo valor referencial em 30.09.2011 era de R\$ 864.546. O valor de mercado do item objeto de hedge em 30.09.2011 era de R\$ 844.156. O ganho/(perda) não realizado acumulado pela marcação a mercado do passivo objeto de hedge foi de R\$ 32.345 e se encontra registrado integralmente no resultado do período.

Além disso, temos designada captação como itens objeto de hedge em estratégias de hedge contábil de moeda estrangeira, em Dólar (US\$ 300.000), efetuada em 16.05.2011. O valor de mercado dessa captação em 30.09.2011 era de R\$ 563.698 (Nota 10(c)). Nesse contexto, efetuada em 16.05.2011, foram designados contratos futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA como instrumentos derivativos de hedge, cujo valor referencial em 30.09.2011 era de R\$ 570.739. O ganho não realizado acumulado pela marcação a mercado do passivo objeto de hedge foi de R\$ 4.891 e se encontra registrado integralmente no resultado do período.

A efetividade apurada para os hedges contábeis designados pelo Safra estão em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

8. CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Distribuição da carteira de crédito por nível de risco e provisão:

Níveis de risco	30.09.2011										30.09.2010
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	12.119.607	2.110.132	759.509	446.380	370.787	41.174	9.882	8.940	284.237	16.150.648	13.951.311
Financiamentos	7.012.727	158.790	23.036	11.640	-	-	-	-	103	7.206.296	4.189.184
Financiamentos rurais e agroindustriais	841.810	88.656	25.373	3.578	884	-	-	-	-	960.301	991.368
Financiamentos imobiliários	191.566	114.607	2.718	10.941	74	178	41	-	345	320.470	160.379
Adiantamentos de contrato de câmbio	1.162.737	23.359	16.589	3.262	260	-	-	-	-	1.206.207	698.031
Repasses BNDES/FINAME	5.927.321	1.268.623	462.115	154.709	101.593	8.030	1.526	1.057	27.004	7.951.978	5.645.554
BNDES/FINAME	5.609.252	1.241.620	446.930	148.915	93.877	7.833	1.513	1.057	21.977	7.572.974	4.959.007
FINAME - Arrendamento	318.069	27.003	15.185	5.794	7.716	197	13	-	5.027	379.004	686.547
CDC e Arrendamento mercantil	2.130.834	4.718.762	578.839	924.024	172.534	34.336	18.104	18.212	174.332	8.769.977	6.815.896
Crédito direto consumidor	1.534.755	4.112.218	486.868	827.649	115.120	26.826	13.581	14.837	89.752	7.221.606	3.263.205
Arrendamento mercantil	596.079	606.544	91.971	96.375	57.414	7.510	4.523	3.375	84.580	1.548.371	3.552.691
Outros créditos	2.480.870	1.350.852	65.721	14.861	12.872	662	37	12	2.937	3.928.824	1.981.775
Total das operações com características de concessão de crédito	31.867.472	9.833.781	1.933.900	1.569.395	659.004	84.380	29.590	28.221	488.958	46.494.701	34.433.498
Avais e fianças										7.078.150	
Total com avais e fianças em 30.09.2011	31.867.472	9.833.781	1.933.900	1.569.395	659.004	84.380	29.590	28.221	488.958	53.572.851	
Provisão em 30.09.2011	157.364	97.353	57.714	156.779	197.630	42.182	20.710	28.217	488.958	1.246.907	
Total das operações com características de concessão de crédito	23.834.257	7.093.861	1.844.409	771.635	260.415	146.128	189.075	39.490	254.228	34.433.498	
Avais e fianças										5.596.900	
Total com avais e fianças em 30.09.2010	23.756.922	7.093.861	1.844.409	771.635	260.415	146.128	189.075	39.490	254.228	40.030.398	
Provisão em 30.09.2010	90.989	55.066	43.000	59.797	60.562	56.833	102.566	31.088	254.228	754.129	

O saldo das operações vencidas há mais de 60 dias, não atualizadas ("Non Accrual"), montam em R\$ 525.176 (R\$ 404.641 em 30.09.2010).

b) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa no período:

A provisão para operações de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	30.09.2011	30.09.2010
Saldo no início do período	802.050	951.566
Constituição de provisão	756.645	216.040
Mínimo obrigatório (Resolução CMN nº 2.682/1999)	525.745	157.917
Adicional	230.900	58.123
Baixas	(311.788)	(413.477)
Saldo no final do período	1.246.907	754.129
Provisão mínima requerida (Resolução CMN nº 2.682/1999)	730.317	523.351
Provisão adicional	516.590	230.778

A Administração do Banco, para a constituição da provisão acima, considera não somente os níveis mínimos de provisionamento definidos através da Resolução CMN nº 2.682/1999, como também realiza uma apurada análise quanto ao risco de realização dos créditos, suportada por metodologia interna de classificação de risco amplamente testada e periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração.

c) Operações renegociadas e recuperações de crédito

O saldo de operações de crédito renegociadas no período era de R\$ 224.521 (R\$ 169.573 em 2010), cuja provisão montava a R\$ 147.658 (R\$ 124.035 em 2010).

As recuperações de crédito foram de R\$ 1.034.962 acumulado no período (R\$ 54.313 em 2010), e incluem R\$ 958.534 referente homologação judicial com acordo firmado entre o Banco Safr S.A. e a Whirlpool S.A. em 08.07.2011 para encerrar a ação judicial ordinária de cobrança movida pelo Banco Safr desde 2001. Este montante foi dividido em duas parcelas fixas, sendo que a primeira de R\$ 468.965 foi recebida em 14.07.2011, e a segunda, no montante de R\$ 489.569, vencerá em 16.01.2012. O montante total do acordo foi reconhecido pelo Banco Safr na data da referida homologação.

d) Distribuição das carteiras por prazo de vencimento das operações:

	30.09.2011	30.09.2010
Vencidos:		
Até 14 dias	905.928	640.960
De 15 a 60 dias	740.401	468.614
De 61 a 90 dias	108.648	76.006
De 91 a 180 dias	205.390	166.825
Acima de 180 dias	211.138	161.810
Subtotal vencidos	2.171.505	1.514.215
A vencer:		
Até 90 dias	14.842.902	12.311.325
De 91 a 365 dias	14.540.983	10.029.133
Acima de 365 dias	14.939.311	10.578.825
Subtotal a vencer	44.323.196	32.919.283
Total	46.494.701	34.433.498

e) Distribuição das carteiras por ramo de atividade:

	30.09.2011	30.09.2010
Setor Privado		
Rural	969.754	1.004.478
Indústria	12.532.191	8.540.627
Comércio	11.356.569	8.845.595
Intermediário Financeiro	780.418	978.367
Outros Serviços	14.342.622	10.665.520
Pessoas Físicas	6.192.677	4.238.532
Habitação	320.470	160.379
Total	46.494.701	34.433.498

9. CARTEIRA DE CÂMBIO

	30.09.2011		30.09.2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Câmbio vendido e comprado a liquidar	1.541.360	216.778	788.207	187.583
Obrigações e direitos por compra e venda de câmbio	216.001	1.363.537	189.702	819.141
(-) Importação financiada – câmbio contratado	-	(2.600)	-	(1.344)
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(15.992)	-	(78.302)	-
Outros	-	148	-	171
Total	1.741.369	1.577.863	899.607	1.005.551
Resultado de operações de câmbio	58.336		33.893	

10. CAPTAÇÃO DE RECURSOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES E RECURSOS ADMINISTRADOS

Em 30 de setembro os recursos captados eram demonstrados conforme abaixo:

	30.09.2011	30.09.2010
Depósitos (a)	16.885.383	14.088.083
Captações no mercado aberto (b)	27.359.466	26.698.845
Recursos de aceites e emissão de títulos (c)	8.833.843	2.088.529
Obrigações por empréstimos e repasses (d)	13.558.531	9.551.912
Dívida subordinada (e)	2.101.727	996.903
Operações estruturadas de renda fixa (1)	2.836.690	4.504.320
Total de recursos captados	71.575.640	57.928.592
Fundos administrados (2) (f)	43.274.037	33.358.097
Total de recursos administrados	114.849.677	91.286.689

(1) Recursos registrados em instrumentos financeiros derivativos (Nota 7(a)).

(2) Não inclui fundos de aplicações em cotas de fundos e fundos exclusivos.

a) Depósitos

	30.09.2011				30.09.2010	
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos a vista	647.690	-	-	-	647.690	1.106.681
Depósitos a prazo	-	3.874.769	6.489.738	1.418.795	11.783.302	8.888.113
Depósitos de poupança	1.189.595	-	-	-	1.189.595	774.176
Depósito interfinanceiro	-	717.010	2.445.454	102.332	3.264.796	3.319.113
Total em 30.09.2011	1.837.285	4.591.779	8.935.192	1.521.127	16.885.383	14.088.083
Total em 30.09.2010	1.880.857	3.162.476	7.388.313	1.656.437	14.088.083	

b) Captação no mercado aberto

	30.09.2011				30.09.2010
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Carteira Própria					
Tesouro Nacional	-	-	-	-	12.386
Títulos de emissão própria	5.753.688	7.030.266	3.825.230	16.609.184	15.137.094
Carteira de Terceiros					
Tesouro Nacional	10.750.282	-	-	10.750.282	11.549.365
Total em 30.09.2011	16.503.970	7.030.266	3.825.230	27.359.466	26.698.845
Total em 30.09.2010	15.631.909	8.999.946	2.066.990	26.698.845	

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

	30.09.2011				30.09.2010
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Recursos de letras financeiras, de crédito e similares	627.378	858.008	4.340.367	5.825.753	759.324
Letras financeiras	-	86.825	4.110.434	4.197.259	98.419
Letras de crédito de agronegócio	609.843	570.644	110.430	1.290.917	402.466
Letras hipotecárias	17.535	160.216	1.250	179.001	19.192
Outros	-	40.323	118.253	158.576	239.247
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior (1)	92.660	48.765	2.866.665	3.008.090	1.329.205
Medium Term Note (Outras)	92.778	48.827	2.305.890	2.447.495	1.329.205
Medium Term Note (Dólar)– Hedge – Nota 7(d)	-	-	563.698	563.698	-
Custo de transação incorrida – Nota 3 (k)	(118)	(62)	(2.923)	(3.103)	-
Total em 30.09.2011	720.038	906.773	7.207.032	8.833.843	2.088.529
Total em 30.09.2010	265.263	167.507	1.655.759	2.088.529	

(1) As obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior referem-se a emissões sob o programa de Medium Term Notes

d) Obrigações por empréstimos e repasses

	30.09.2011				30.09.2010
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Obrigações por empréstimos no exterior (1)	1.883.980	3.261.031	87.311	5.232.322	3.700.366
Obrigações por transferência de ativos financeiros	10.244	16.595	3.177	30.016	140.825
Empréstimos de ações	274.572	-	-	274.572	-
Repasses no país	1.059.543	2.236.976	4.725.102	8.021.621	5.710.721
Tesouro Nacional	11.705	22.984	50.416	85.105	71.613
BNDES	199.103	390.968	857.575	1.447.646	1.463.649
FINAME	848.735	1.823.024	3.817.111	6.488.870	4.175.459
Total em 30.09.2011	3.228.339	5.514.602	4.815.590	13.558.531	9.551.912
Total em 30.09.2010	1.900.458	3.966.244	3.685.210	9.551.912	

(1) Linhas de crédito destinadas para financiamentos de importações e exportações.

e) Dívida subordinada

	Datas		Saldo Contábil em		Taxa
	Emissão	Vencimento	30.09.2011	30.09.2010	
Certificados de depósitos bancários – CDB (1)			721.568	718.500	
	2006	2016	154.938	154.279	106% do CDI
	2006	2016	154.938	154.279	106% do CDI
	2006	2016	154.938	154.279	106% do CDI
	2006	2016(*)	256.754	255.663	106% do CDI
Letras financeiras – LF			335.675	278.403	
	2010 (1)	2016	200.105	200.075	114% do CDI
	2010 (1)	2016	13.572	-	IPCA + 7,19%
	2010 (2)	2016	90.569	78.328	IPCA + 7,7%
	2010 (2)	2016	20.133	-	IPCA + 7,32%
	2010 (2)	2020	11.296	-	IPCA + 7,27%
Medium term notes (1) – Nota 7(d)	2011	2021	1.044.484	-	US\$ + 6,75%
Total			2.101.727	996.903	

(*) Do montante emitido R\$ 1.476 (R\$ 1.470 em 30.09.2010) encontra-se em carteira.

(1) Operações com pagamento de juros semestrais.

(2) Operações com pagamento de juros na liquidação do contrato.

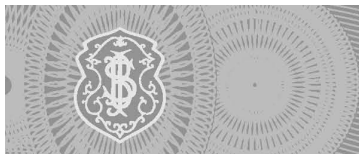
f) Fundos administrados

O Grupo Safr é responsável pela gestão, administração e distribuição de cotas de fundos de investimento, cujos patrimônios em 30.09.2011, incluindo os fundos administrados por empresa fora do Consolidado, totalizavam R\$ 60.214.257 (R\$ 55.136.894 em 30.09.2010), sendo R\$ 37.535.175 (R\$ 27.676.464 em 30.09.2010) em fundos de investimento financeiro, R\$ 16.375.507 (R\$ 14.374.559 em 30.09.2010) em fundos de aplicações em cotas, R\$ 5.728.171 (R\$ 6.376.729 em 30.09.2010) em outros fundos e R\$ 575.404 (R\$ 6.709.142 em 30.09.2010) em fundos exclusivos. As receitas com taxas de gestão, administração e distribuição de cotas dos referidos fundos, registradas na rubrica "Receitas de Prestação de Serviços", representam R\$ 154.888 (R\$ 151.870 em 2010) (Nota 13 (e)).

11. OPERAÇÕES DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

a) Provisões técnicas

	SEGUROS		PREVIDÊNCIA		TOTAL	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Provisão matemática de benefícios a conceder e concedidos	-	-	2.232.228	1.700.274	2.232.228	1.700.274
Prêmios não ganhos	45.848	37.639	-	-	45.848	37.639
Sinistros a liquidar	57.876	74.412	-	-	57.876	74.412
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)	23.243	6.275	-	-	23.243	6.275
Insuficiência de prêmios – Benefícios a conceder	-	-	11.050	6.594	11.050	6.594
Insuficiência de contribuição – Benefícios a conceder	-	-	4.116	3.161	4.116	3.161
Provisão complementar de prêmios	495	479	-	-	495	479
Provisão despesas administrativas	454	517	738	588	1.192	1.103
Outras	-	-	13	96	13	96
Total	127.916	119.322	2.248.145	1.710.713	2.376.061	1.830.033



b) Recursos garantidores de reservas técnicas

	30.09.2011	30.09.2010
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.369.839	1.816.110
Cotas de fundos PGBL/VGBL	2.232.265	1.700.290
Certificados de depósitos bancários - CDB	429.993	580.497
Letras Financeiras	156.641	-
Debêntures	105.190	72.413
Ações	95.797	127.334
Títulos públicos	1.388.250	902.255
Letras Financeiras do Tesouro	494.550	116.064
Notas do Tesouro Nacional	893.700	786.191
Outros	56.394	17.791
Outros títulos	137.574	115.820
Títulos públicos – Letras do Tesouro Nacional	76.318	55.398
Cotas de fundos de investimento – DPVAT convênio	61.256	23.475
Títulos públicos – Letras Financeiras do Tesouro – DPVAT convênio	-	36.947
Créditos com operações de resseguros – Nota 13 (c)	17.949	18.106
Total	2.387.788	1.834.216

c) Resultado com operações de seguros e previdência

	30.09.2011	30.09.2010
Resultado da Intermediação Financeira	11.291	8.192
Receitas financeiras com seguros e previdências	129.214	98.379
Despesas financeiras com seguros e previdências	(117.923)	(90.187)
Resultado das Operações com Seguros e Previdências	72.453	60.270
Receita de prêmios e contribuições – Seguros e Previdência	445.807	538.348
Varição das provisões técnicas – Seguros e Previdência	(301.893)	(416.022)
Despesas com sinistros	(53.015)	(54.236)
Despesas de comercialização	(15.518)	(9.484)
Outras receitas e despesas	(2.928)	1.664
Receita com prestação de serviços	16.003	12.972
Receita com administração de fundos de previdência	16.003	12.972
Total	99.747	81.434

d) Teste de adequação do passivo

O teste de adequação do passivo é realizado semestralmente, sendo que o efetuado em 30.06.2011 não resultou em ajustes na demonstração da posição financeira.

12. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente.

b) Passivos Contingentes

São quantificados conforme segue:

I - Ações Cíveis

Estão representadas, substancialmente, por pleitos de indenização por danos materiais e/ou morais, versando, principalmente, sobre questões atinentes a crédito direto ao consumidor, cobrança e empréstimos, protestos de títulos, inclusão de informações no cadastro de restrições ao crédito e expurgos inflacionários em Planos Econômicos.



As ações cíveis são avaliadas quando do recebimento da notificação judicial, revisadas periodicamente e quantificadas com base na fase processual, nas provas apresentadas e na jurisprudência de acordo com a avaliação da Administração quanto ao grau de risco de perda da ação judicial. A provisão é constituída quando a probabilidade de perda é considerada provável.

II - Ações Trabalhistas

Buscam o pagamento de pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional, em especial horas extras.

São quantificadas e provisionadas quando do recebimento da notificação judicial, estimando-se o valor do principal pedido deduzido nas ações trabalhistas e provisionadas com base no percentual histórico de perdas, relativos a causas consideradas semelhantes e usuais.

III - Ações Fiscais e Previdenciárias

Representadas, principalmente, por processos administrativos e judiciais relacionados a tributos municipais e federais.

Quantificadas individualmente quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base no valor de autuação e atualizados mensalmente. A provisão é constituída pelo valor integral para os processos classificados como risco de perda provável.

c) As provisões constituídas e as respectivas movimentações estão assim demonstradas:

I. Cíveis e Trabalhistas

	01.01 a 30.09.2011			01.01 a
	Cíveis ⁽¹⁾	Trabalhista ⁽¹⁾	Total	30.09.2010
Saldo Inicial	154.706	100.308	255.014	223.215
Movimentação do período Refletida no Resultado				
Constituição ⁽²⁾	38.325	58.033	96.358	59.178
Reversão ⁽²⁾	(1.201)	(1.701)	(2.902)	(10.166)
Pagamento	(13.748)	(38.465)	(52.213)	(25.410)
Saldo Final	178.082	118.175	296.257	246.817
Depósitos em Garantia de Recursos ⁽³⁾	52.142	56.124	108.266	58.812
Títulos e valores mobiliários em garantia	2.331	42.644	44.975	59.574
Total de Recursos em Garantia em 30.09.2011	54.473	98.768	153.241	118.386

(1) Nota 13(d)

(2) Notas 13(j) e 13(g)

(3) Nota 13(c)

II. Contingências Fiscais e Previdenciárias e Obrigações Legais

	01.01 a 30.09.2011			01.01 a
	Contingências Fiscais e Previdenciárias	Obrigações Legais	Total ⁽¹⁾	30.09.2010
Saldo Inicial	372.447	466.181	838.628	665.224
Atualização / Encargos ⁽²⁾	19.004	37.790	56.794	38.871
Movimentação do Período Refletida no Resultado				
Constituição ⁽³⁾	89.834	137.389	227.223	85.548
Reversão	-	-	-	(26.372)
Pagamento	(17.337)	-	(17.337)	(2.509)
Outras movimentações	2.703	-	2.703	
Saldo Final	466.651	641.360	1.108.011	760.762
Depósitos em Garantia de Recursos em 30.09.2011	25.523	10.244	35.767	36.838

(1) Nota 14(c)

- (2) Nota 13(j)
 (3) Contingências fiscais e previdenciárias – Nota 13(j); Obrigações legais registradas em despesas tributárias e despesas com imposto de renda e contribuição social.

As principais ações relativas às Contingências Fiscais e Previdenciárias e Obrigações Legais são:

Contingências Fiscais e Previdenciárias:

- ISS sobre operações de Leasing: diversos autos de infração e processos judiciais relacionados à incidência do imposto nas operações de leasing, cuja discussão é atinente ao local da incidência do tributo e a sua base de cálculo, no montante de R\$ 223.105 (R\$ 157.252 em 30.09.2010).
- CPMF - Gestão de Pagamentos: autuação em relação ao produto Gestão de Pagamentos, por ter entendido a Autoridade Fiscal que houve a liquidação/pagamento de créditos, por conta e ordem de terceiros, sem o respectivo crédito em conta do beneficiário, tendo sido ainda atribuída a responsabilidade pela retenção e recolhimento do tributo nos termos do artigo 5º, inciso I, da Lei nº. 9.311/1996, no montante de R\$ 94.715 (R\$ 89.203 em 30.09.2010).

Obrigações Legais:

Alargamento da base de PIS e COFINS, instituída pelo parágrafo 1º, artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, no montante de R\$ 626.628 (R\$ 404.388 em 30.09.2010).

13. OUTRAS CONTAS

a) Depósitos no Banco Central:

Em 30.09.2011, os depósitos no Banco Central estavam substancialmente representados por recolhimentos compulsórios no montante de R\$ 5.239.223 (R\$ 1.239.872 em 30.09.2010).

b) Negociação e intermediação de valores:

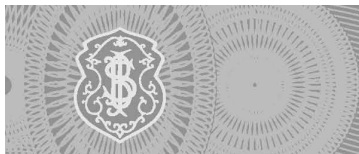
	30.09.2011		30.09.2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Credores e Devedores conta de liquidação pendente	121.480	107.515	58.456	76.266
Caixa de registro e liquidação ⁽¹⁾	40.748	61.833	91.463	50.037
Ativos financeiros e mercadorias a liquidar	5.122	26.944	7.034	23.797
Outras	32	672	-	15
Total	167.382	196.964	156.953	150.115

(1) Refere-se substancialmente a operações em Bolsa registradas pela J. Safrá Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

c) Outros créditos diversos:

	30.09.2011	30.09.2010
Créditos tributários – Nota 14(b-I)	269.633	231.583
Devedores por depósito em garantia de passivos contingentes e obrigações legais (1)	166.349	169.299
Devedores por depósito em garantia de provisões cíveis e trabalhistas	108.266	58.812
Impostos e contribuições a compensar	87.310	26.683
Operações ativas a processar	261.751	242.802
Cessão de crédito a receber - Nota 8(f)	5.974	43.363
Ajuste a mercado do hedge - Nota 7(d)	150.929	42.634
Crédito das operações com seguros e resseguros- Nota 11(c)	48.551	42.206
Equalização de taxas em operações de crédito	90.079	30.907
Outros	53.196	29.795
TOTAL	1.242.038	918.084

(1) As parcelas vinculadas a contingências e obrigações legais estão relacionadas na Nota 12 (c-II).



d) Outras obrigações diversas:

	30.09.2011	30.09.2010
Provisão para passivos contingentes cíveis e trabalhistas - Nota 12 (c-I)	296.257	246.817
Provisão para pagamentos a efetuar	212.088	190.992
Credores diversos exterior	78.146	83.399
Obrigações com administradoras de cartões de crédito	109.734	66.447
Mandato a liberar	18.300	13.704
Operações passivas a processar	11.296	11.426
Repasse de valores a liberar	213.185	270.709
Outros	80.344	145.320
Total	1.019.350	1.028.814

e) Receitas de Prestação de Serviços:

	2011	2010
Serviços de gestão e custódia de fundos de investimento (Nota 10 (f))	154.888	151.870
Corretagem sobre operações em bolsa	13.600	20.377
Cobrança	49.633	54.962
Garantias prestadas	141.984	94.390
Serviços de câmbio	9.540	14.142
Outras	48.277	35.101
Total	417.922	370.842

f) Rendas de tarifas bancárias:

	2011	2010
Tarifas com operações de crédito	30.361	14.470
DOC/TED	10.506	11.104
Pacotes de serviços e cadastros	84.437	44.945
Outros serviços de conta corrente	26.900	23.968
Total	152.204	94.487

g) Despesas de pessoal:

	2011	2010
Remuneração e participação nos lucros	553.598	462.542
Benefícios	58.583	47.176
Encargos sociais	142.855	116.471
Processos trabalhistas	56.332	10.422
Desligamentos	7.904	4.925
Total	819.272	641.536

h) Despesas administrativas:

	2011	2010
Instalações	20.505	20.787
Aluguéis	33.404	26.742
Publicidade e propaganda	9.019	8.377
Processamento de dados e telecomunicações	38.624	43.169
Serviços de terceiros (*)	124.775	121.786
Viagens	12.622	7.688
Serviços do sistema financeiro	27.027	22.755
Serviços de vigilância e segurança	8.418	7.200
Transportes	15.793	15.717
Doações	3.598	15.546
Proteção a informação	61.885	38.677
Depreciação e amortização	28.079	28.623
Cartórios e emolumentos	22.512	7.969
Outras	18.584	17.049
Total	424.845	382.085

(*) Refere-se substancialmente a prestação de serviços de correspondente bancário e outros serviços profissionais prestados.

i) Outras receitas operacionais:

	2011	2010
Recuperação de encargos e despesas	2.238	13.627
Reversão para contingências fiscais e previdenciárias	-	10.049
Rendas de aluguéis	8.700	7.095
Atualização de impostos a compensar e depósitos judiciais	28.988	8.421
Outras	7.842	19.523
Total	47.768	58.715

j) Outras despesas operacionais:

	2011	2010
Provisão para contingências cíveis - Nota 12 (c-I)	37.124	38.590
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias - Nota 12 (c-II)	89.834	-
Atualizações de contingências fiscais e obrigações legais - Nota 12 (c-II)	56.794	38.871
Outras	22.176	38.311
Total	205.928	115.772

14. TRIBUTOS

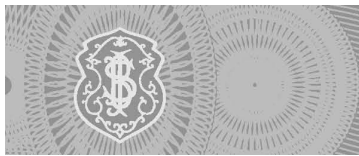
a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I – Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	30.09.2011	30.09.2010
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.682.834	1.154.460
Encargo (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes - Nota 3(n)	(673.134)	(461.784)
(Inclusões) Exclusões Permanentes		
Participações em coligadas e controladas no país	(113)	284
Ganho/ (Perda) Cambial sobre investimentos no exterior	56.960	(5.750)
Juros sobre Capital Próprio	66.387	-
Dividendos e juros sobre títulos de outros países	12.812	20.922
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributadas	8.420	(3.210)
Crédito tributário não reconhecido no período/reconhecimento de períodos anteriores	(265.545)	31.235
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(794.213)	(418.303)

II – Composição das Despesas Tributárias

	2011	2010
PIS / COFINS	181.703	101.390
ISS - Imposto sobre serviços	20.287	19.434
IPTU - Imposto predial e territorial urbano	4.590	4.183
IOF – Imposto sobre operações financeiras	5.412	7.040
IPVA - Imposto sobre propriedade de veículos automotores	240	7.624
Outras	2.402	3.295
Total	214.634	142.966



b) Tributos Diferidos

I - Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31.12.2010	Constituição	Realização	Saldo em 30.09.2011	Saldo em 30.09.2010
Provisão para contingências cíveis	61.844	14.629	(5.279)	71.194	56.864
Provisão para contingências trabalhistas	40.045	16.764	(15.382)	41.427	41.722
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	4.814	42.879	-	47.693	4.379
Outros	17.387	7.921	(7.782)	17.526	18.694
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	124.090	82.193	(28.443)	177.840	121.659
Prejuízo Fiscal e base negativa da contribuição social	106.117	-	(14.814)	91.303	109.920
Subtotal	230.207	82.193	(43.257)	269.143	231.579
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	171	319	-	490	4
Total dos créditos tributários - Nota 13 (c)	230.378	82.512	(43.257)	269.633	231.583

II- Obrigações fiscais diferidas:

	30.09.2011	30.09.2010
Superveniência de depreciação	972.641	1.076.586
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	51.143	27.641
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	7.839	452
Atualização de depósitos judiciais	8.106	-
Outros	-	12.406
Total	1.039.729	1.117.085

III. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e impostos diferidos sobre superveniência.

	Créditos Tributários			Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos Líquidos
	Diferenças Temporárias	Prejuízo e base negativa	Total		
2011	20.759	4.929	25.688	(311.008)	(285.320)
2012	61.353	33.569	94.922	(406.811)	(311.889)
2013	27.145	33.569	60.714	(318.668)	(257.954)
2014	27.145	19.237	46.382	(1.621)	44.761
2015	25.034	-	25.034	(1.621)	23.413
Acima 2015	16.893	-	16.893	-	16.893
Total	178.329	91.304	269.633	(1.039.729)	(770.096)
Valor Presente (*)	156.115	81.439	237.554	(965.838)	(728.284)

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais.

Em 30.09.2011 o saldo de crédito tributário, sobre diferenças temporárias, não reconhecido monta a importância de R\$ 909.464 (R\$ 589.982 em 30.09.2010).

c) As obrigações fiscais e previdenciárias estão assim demonstradas:

	30.09.2011	30.09.2010
Impostos e Contribuições sobre o Lucro a Pagar	528.439	171.903
Impostos e Contribuições a Recolher	129.353	95.599
Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos - Nota 14 (b-II)	1.039.729	1.117.085
Contingências fiscais e previdenciárias e obrigações legais - Nota 12 (c-II)	1.108.011	760.762
Total	2.805.532	2.145.349



15. ATIVO PERMANENTE

a) Investimentos em coligadas e controladas

Em 30.09.2010, estão representados por participação na empresa Pastoril Agropecuária Couto Magalhães S.A no montante de R\$ 13.541. Os resultados de equivalência patrimonial nos períodos findos em 30.09.2011 e de 30.09.2010, foram (R\$ 284) e R\$ 709, respectivamente, relativos à empresa Pastoril Couto Magalhães S.A.

Em 30.09.2011 e 30.09.2010, outros investimentos são representados substancialmente por ações e cotas de empresas não ligadas ao Grupo, mantidos ao valor de custo, nos montantes de R\$ 384.405 e R\$ 456.134, respectivamente.

b) Imobilizado de uso:

	30.09.2011			30.09.2010	
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Imobilizações em curso – Móveis e equipamentos	-	5.821	-	5.821	7.219
Imóveis destinados ao uso:		2.000	(360)	1.640	23.442
Terrenos	-	-	-	-	4.727
Edificações	4%	2.000	(360)	1.640	18.715
Imóveis destinados a renda:		231.063	(119.505)	111.558	164.033
Terrenos	-	58.700	-	58.700	82.147
Edificações	4%	172.363	(119.505)	52.858	81.886
Instalações, móveis e equipamentos de uso:		70.219	(36.978)	33.241	16.394
Instalações	10%	41.253	(16.301)	24.952	6.919
Móveis e equipamentos	10%	28.966	(20.677)	8.289	9.475
Equipamentos de informática e processamento:		122.792	(106.319)	16.473	17.671
Sistema de comunicação	10%	11.862	(11.503)	359	1.683
Sistema de processamento de dados	20%	110.930	(94.816)	16.114	15.988
Outros:		112.122	(74.548)	37.574	43.367
Sistema de segurança	10%	3.604	(2.412)	1.192	1.447
Sistema de transporte	20%	108.518	(72.136)	36.382	41.920
Total em 30.09.2011		544.017	(337.710)	206.307	272.126
Total em 30.09.2010		608.016	(335.890)	272.126	

c) Ativos Intangíveis - Software

	30.09.2011			30.09.2010	
	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Intangível Líquido	Intangível Líquido
Software	20%	47.080	(21.235)	25.845	25.834
Outros		87	(51)	36	53
Total em 30.09.2011	20%	47.167	(21.286)	25.881	25.887
Total em 30.09.2010		44.331	(18.444)	25.887	

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações

O capital social do Banco Safra S.A. está representado por 3.064 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 1.534 ordinárias e 1.530 preferenciais, relativas a acionistas domiciliados no país.

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 31.05.2011 foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 587.052 através da capitalização da Reserva Legal e da Reserva Especial, com emissão de 275 novas ações, sendo 138 ordinárias e 137 preferenciais. Em AGE realizada em 29.04.2011 foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 70.143, através da incorporação das Reservas de Capital, sem modificação no número de ações.

Em AGE realizada em 17.05.2011 foi aprovado a redução do capital social em R\$ 90.653, através da transferência para o acionista controlador de imóveis no valor de R\$ 68.651, investimentos no valor de R\$ 10.308, ações no valor de R\$ 6.670 e R\$ 5.024 em espécie, com extinção de 21 ações ordinárias e 22 preferenciais.

Com estas movimentações o capital social passou de R\$ 2.245.458 para R\$ 2.812.000 em 30.09.2011.

Em AGE realizada em 10.05.2011 foi aprovado o grupamento de ações da Companhia a razão de uma ação para cada 400 ações existentes, sem alteração no capital social da Companhia, sendo canceladas eventuais frações remanescentes. Em virtude do Grupamento, o número de ações representativas do capital social da Companhia foi alterado de 566.749 ações ordinárias existentes para 1.417 ações ordinárias remanescentes, e das 565.804 ações preferenciais existentes para 1.415 ações preferenciais remanescentes. Todos os acionistas que detinham individualmente quantidade de ações inferior àquela adotada como razão para o Grupamento, terão suas ações canceladas, recebendo o valor patrimonial a elas correspondente na data-base 30.04.2011. O valor patrimonial equivalente às ações canceladas por conta do Grupamento foi disponibilizado a partir de 31.05.2011 e permanecerá à disposição dos acionistas que tiveram suas ações canceladas para recebimento na sede da Companhia, pelo prazo de 3 anos contados a partir da data do grupamento e será atualizado com base na Taxa SELIC (taxa média ajustada dos financiamentos diários, relativos às operações com prazo de 1 dia útil com títulos federais, custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC) até a data do efetivo pagamento.

Abaixo a movimentação do capital:

	Quantidades		Total
	Ordinárias	Preferenciais	
Saldo em 31.12.2010	566.749	565.804	1.132.553
Grupamento de ações em 10.05.2011	(565.332)	(564.389)	(1.129.721)
Redução do capital em 17.05.2011	(21)	(22)	(43)
Aumento do capital em 31.05.2011	138	137	275
Saldo em 30.09.2011	1.534	1.530	3.064

b) Dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório anual estabelecido no estatuto social equivalente a 1% sobre o valor do capital social correspondente as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente. Em 30.06.2011, o Conselho de Administração aprovou Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 165.953 para crédito individualizado até 31.12.2011. Em 12.08.2011, o Conselho de Administração aprovou dividendos no valor de R\$ 665.000, a débito da conta "Reserva Especial", pagos em 15.08.2011.

Na rubrica "Sociais e estatutárias", incluem-se substancialmente os montantes de R\$ 171.632 (R\$ 5.598 em 30.09.2010), referente juros sobre capital próprio.

c) Reservas de Capital e de Lucros

	30.09.2011	30.09.2010
Reservas de capital	-	72.723
Incentivos fiscais	-	70.142
Outros	-	2.581
Reservas de lucros	2.761.922	2.021.657
Legal	86.307	375.980
Especial (1)	2.675.615	1.645.677
Lucros Acumulados (2)	-	1.241.689

(1) Em 29.04.2011, foi aprovada a reformulação e alteração do Capítulo VII – dos Balanços, Resultados e sua Destinação do Estatuto Social da Sociedade, no qual o saldo formado a partir de 1996 até 31.12.2010 registrado na rubrica “Reserva de Expansão” seja destinado para rubrica “Reserva Especial”.

(2) Transferido para reservas de lucros para expansão em 31.12.2010.

17. GESTÃO DE RISCOS

O Banco Safra mantém um conjunto de normas e procedimentos para assegurar o cumprimento das determinações legais, regulamentares, das melhores práticas de mercado e de suas políticas internas. O Banco Safra concentra na Diretoria Executiva de Riscos Corporativos as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de mercado, liquidez e operacional e na Diretoria de Análise de Crédito a gestão do risco de crédito, formando a base necessária para atendimento da regulamentação vigente.

a) Risco de crédito

O Banco Safra está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte pode causar perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico da indústria que represente uma concentração das carteiras de investimentos, de empréstimos e adiantamentos mantidas pelo Banco Safra podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do Balanço Patrimonial. Portanto, o Banco Safra controla e reavalia cuidadosamente a exposição ao risco de crédito.

Exposições a este tipo de risco decorrem principalmente de operações de crédito diretas, indiretas (repasses por meio de agentes financeiros), de debêntures, aplicações financeiras e operações com derivativos e de outros títulos e valores mobiliários. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no Balanço Patrimonial, como compromissos de empréstimos ou prestação de garantias financeiras, avais e fianças.

O Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito concentra a governança do Risco de Crédito de modo a garantir a visão completa do ciclo de crédito. Para assegurar a independência necessária para a sua atuação, este comitê conta com a participação de diretores e superintendentes executivos responsáveis pelas áreas de Gerenciamento de Riscos Corporativos, Análise de Crédito, Políticas, Modelagens e Gestão de Carteira, Monitoramento, Cobrança e Validação. De acordo com a natureza do assunto, o Comitê pode remetê-lo ao Conselho de Administração.

b) Risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado de posições detidas.

O Banco Safra mantém sua exposição total a riscos de mercado, medida pelo *Value at Risk* (VaR) diário com 99% de confiança, adotando como política a perda máxima esperada inferior a 1% do seu Patrimônio de Referência nível 1. Visando ao cumprimento desta determinação, estipula metas para a Tesouraria compatíveis com esta exposição ao risco.

O Banco Safra complementa suas avaliações de risco de mercado com a utilização de métricas de estresse, contemplando crises em períodos históricos e cenários econômicos estressados prospectivos, além de efeitos de estresse de correlações entre famílias de fatores de riscos. Adicionalmente, são estabelecidos limites de Stop Loss.

A área de Risco de Mercado tem participação relevante na aprovação de novos produtos ou instrumentos financeiros que ocasionem novos fatores de risco para a gestão da Tesouraria. Por ser responsável pelos processos de apuração para marcação a mercado e apuração de resultado e risco, é requerida a aprovação da área de Risco de Mercado antes da implantação de novos produtos.

As políticas que regem a gestão do risco de mercado – Política de Risco de Mercado e Política de Limites de Riscos de Mercado – são divulgadas aos gestores da Tesouraria e das áreas de controle e suporte (gestores de risco de mercado e de liquidez, de auditoria interna, de controles internos e “compliance”, de validação de risco de mercado e de liquidez e de tecnologia da informação), através da Intranet corporativa, além de haver publicação da estrutura de gerenciamento de Risco de Mercado em ambiente de acesso público.

c) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez consiste na possibilidade da instituição não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para a gestão do risco de liquidez, são realizados comitês para a gestão de ativos e passivos, com periodicidade mensal, tendo como objetivo definir as estratégias de liquidez a serem seguidas em um horizonte de dois anos. O caixa é monitorado diariamente, com reportes aos gestores e diretores responsáveis.

O Banco Safr envia ao Banco Central os relatórios de risco de liquidez determinados pela Resolução CMN nº 2.804/2000, com especificações estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.393/2008. Esses reportes são elaborados com base em informações gerenciais da área de Riscos de Investimento de modo a atender à regulamentação vigente.

A área de Riscos de Investimento utiliza estatísticas e projeções sobre o comportamento de pagamentos e recebimentos, a fim de avaliar os impactos no caixa ao longo do tempo em um conjunto de cenários: planejamento ou normalidade, esgotamento de ativos e de passivos (run off), crise geral (stress) e crise geral mais crise específica (hard stress), havendo ainda a possibilidade de utilização de cenário arbitrário. Os resultados produzidos pela aplicação desses cenários são discutidos nas reuniões do Comitê de Ativos e Passivos.

d) Gestão de capital

Os objetivos do Banco Safr na gestão de capital consistem em um conceito mais amplo do que o de “patrimônio” e agrupam os seguintes aspectos:

- Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados bancários onde opera;
- Salvar a capacidade operacional de forma que continue proporcionando retorno aos acionistas e benefícios aos outros interessados; e
- Manter uma sólida base de capital para suportar o desenvolvimento de seus negócios.

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pelo Banco Safr, através de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Comitê Basileia, na forma implementada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são submetidas mensalmente ao órgão competente.

A autoridade bancária exige que cada Banco ou grupo de instituições bancárias mantenha um registro mínimo de 11% do capital regulatório.

O capital regulatório do Banco Safr está dividido em dois níveis:

Capital nível I - capital social, lucros acumulados e reservas criadas para apropriação de lucros acumulados.

Capital nível II - dívida subordinada qualificada e lucros não realizados decorrentes da justa avaliação de instrumentos de patrimônio disponíveis para venda.

Os investimentos em coligadas são deduzidos dos capitais de nível 1 e 2 para atingir o capital regulatório.

Ativos ponderados pelo risco são mensurados por meio de uma hierarquia de 5 pesos de riscos determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida - além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, liquidez, mercado e outros riscos associados - considerando todas as garantias possíveis. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

e) Risco Operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

O risco operacional inclui também o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco Safra e controladas, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco Safra e controladas. A avaliação do risco legal é realizada de forma contínua nas áreas jurídicas do Banco Safra e controladas e nos Comitês específicos com alçada para tanto.

Dessa definição está excluído o risco reputacional ou de imagem e os demais riscos como o estratégico ou de negócios.

A área de Risco Operacional é uma unidade de controle independente, segregada da unidade executora da atividade de auditoria interna. A Área de Risco Operacional é a responsável por atender as exigências emanadas da Resolução CMN nº 3.380/2006, do Banco Central do Brasil, sobre a necessidade de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional, bem como pela elaboração e manutenção da Política de Risco Operacional. É responsável também pelas atividades de Controles Internos e Compliance.

f) Análise de sensibilidade (Carteiras Trading e Banking)

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução CMN nº 3.464/2007 e na Circular BACEN nº 3.354/2007 e no Novo Acordo de Capitais – Basileia II, os instrumentos financeiros são segregados em Carteira de Negociação (Trading) e Carteira Estrutural (Banking).

A Carteira Trading consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros desta estratégia. São operações destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragens. Esta carteira tem limites rígidos definidos pelas áreas de risco e é diariamente controlada.

A Carteira Banking abriga as operações que não se enquadram no conceito de Carteira Trading e são, tipicamente, operações estruturais das linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges, que podem ou não ser realizados com instrumentos financeiros derivativos. Portanto, os derivativos desta carteira não são utilizados para fins especulativos.

A análise de sensibilidade abaixo consiste em uma simulação que não considera o poder de reação da Administração frente aos cenários apresentados, o que certamente mitigaria as perdas que seriam incorridas. Além disso, os impactos apresentados não representam potencial prejuízo contábil, pois a metodologia utilizada não se baseia em práticas contábeis do Safra.

Carteira Trading		30.09.2011		
Fatores de Riscos	Risco de Variação em:	Cenários		
		1	2	3
Ações	Variação do preço de ações	(1.954)	(48.855)	(97.709)
Cupom e moedas	Taxa dos cupons de moedas estrangeiras e Variação cambial	(988)	(32.650)	(63.316)
Renda fixa	Variação de taxas de juros pré-fixadas denominadas em real	(134)	(26.765)	(49.435)
	Total sem Correlação	(3.076)	(108.270)	(210.460)
	Total com Correlação	(3.076)	(37.555)	(81.188)

Carteira Trading e Banking		30.09.2011		
Fatores de Riscos	Risco de Variação em:	Cenários		
		1	2	3
Ações	Variação do preço de ações	(1.582)	(39.553)	(79.106)
Cupom e moedas	Taxa dos cupons de moedas estrangeiras e Variação cambial	(923)	(49.775)	(96.832)
Renda fixa	Variação de taxas de juros pré-fixadas denominadas em real	(1.700)	(26.770)	(55.566)
	Total sem Correlação	(4.205)	(116.098)	(231.504)
	Total com Correlação	(4.054)	(58.952)	(122.645)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário 1:** Aplicação de choques de 1 ponto-base para taxa de juros e 1% de variação para preços, com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima etc.). Exemplo: a cotação Real/Dólar utilizada foi de R\$ 1,90 e a taxa pré-fixada de 1 ano aplicada foi de 10,39% a.a.
- **Cenário 2:** Aplicação de choque de 25% nas respectivas curvas ou preços, com base no mercado. Exemplo: a cotação Real/Dólar utilizada foi de R\$ 2,35 e a taxa pré-fixada de 1 ano aplicada foi de 12,98% a.a.
- **Cenário 3:** Aplicação de choque de 50% nas respectivas curvas ou preços, com base no mercado. Exemplo: a cotação Real/Dólar utilizada foi de R\$ 2,82 e a taxa pré-fixada de 1 ano aplicada foi de 15,57% a.a.

g) Exposição cambial

Os valores das exposições em ouro, moeda estrangeira e ativos e passivos sujeitos à variação cambial, incluindo instrumentos financeiros derivativos e investimentos permanentes no exterior, apresentados às autoridades legais são:

	30.09.2011	30.09.2010
Exposição líquida no país	(20.258)	48.271
Comprada	7.527.669	4.691.496
Vendida	(7.547.927)	(4.643.225)
Exposição líquida no exterior	(234.812)	(61.818)
Comprada	7.763.568	4.825.380
Vendida	(7.998.380)	(4.887.198)
Exposição Líquida Total	(255.070)	(13.547)

h) No site do Banco Safr (www.safr.com.br) estão disponíveis as informações relativas às estruturas de gerenciamento de riscos de crédito, mercado e operacional e de gestão de risco. O relatório de gestão de risco será disponibilizado nesse endereço no prazo estabelecido pela Circular BACEN nº 3.477/2009.

18. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração:

Em Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 29.04.2011, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Diretoria e Conselho de Administração no montante de R\$ 109.000. A remuneração recebida pela Administração monta a R\$ 53.590 (R\$ 47.088 em 2010).

O Grupo não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

b) Participação Acionária:

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta:

Acionista	Quantidade	(%)
Joseph Yacoub Safrá	3.058	99,80
Minoritários	6	0,20
Total	3.064	100,00

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750, de 30.06.2009. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Disponibilidades	88.662	177.598	19	20
Banco Safrá Luxemburgo	84.735	11.558	19	20
Safrá National Bank of New York	3.927	166.040	-	-
Aplicações em moedas estrangeiras	686.627	248.930	659	-
Banco Safrá Luxemburgo	-	169.340	-	-
Safrá National Bank of New York	686.627	79.590	659	-
Títulos e valores mobiliários	447.079	427.416	872	1.155
Banco Safrá Luxemburgo	447.079	427.416	872	1.155
Depósitos a vista	(219)	(281)	-	-
Pastoril Agropecuária Couto Magalhães S.A.	(57)	(43)	-	-
Acauã Construtora Ltda.	(53)	(21)	-	-
JS Administração de Recursos	(109)	(217)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(70.633)	(403.228)	(5.047)	(3.507)
Banco Safrá Luxemburgo	(54.720)	(345.531)	(4.495)	(3.053)
Safrá National Bank of New York	(15.913)	(20.082)	(479)	(98)
Banco J Safrá Suisse	-	(37.615)	(73)	(356)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(57.346)	(52.378)	-	-
Banco Safrá Luxemburgo	(57.346)	(52.378)	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos – Nota 10(c)	(118.253)	-	(5.506)	-
Canárias Corretora de Seguros S.A.	(4.548)	-	(250)	-
Emerald Gestão de Investimentos Ltda.	(3.547)	-	(514)	-
Fundação Filantrópica Vicky e Joseph Safrá	(57.697)	-	(2.694)	-
Jermyn Participações Ltda.	(2.315)	-	(86)	-
Harvel Participações Ltda.	(4.294)	-	(146)	-
Irati Imóveis e Representações	(10.610)	-	(51)	-
JS Administração de Recursos	(6.231)	-	(499)	-
Demais empresas	(29.011)	-	(1.266)	-
Instrumentos financeiros derivativos Ativo/(Passivo)	(9.895)	(4.907)	16.366	36.005
Banco Safrá Luxemburgo	(9.895)	(4.907)	16.366	36.005
Dividendos e Bonificações a pagar	-	(23)	-	-
JS Administração de Recursos S.A.	-	(23)	-	-
Negociação e intermediação de valores	-	(6)	-	-
Safrá National Bank of New York	-	(6)	-	-
Despesas de aluguéis	-	-	(2.695)	(2.825)
Acauã Construtora Ltda.	-	-	(1.872)	(1.968)
JS Administração de Recursos S.A.	-	-	(823)	(857)

19. LIMITES OPERACIONAIS

O BACEN divulgou os Comunicados nºs 12.746/2004 e 16.137/2007, que tratam das diretrizes e cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia II). Estes Comunicados têm como orientação as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, contidas no documento "Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital: Uma Estrutura Revisada", que estabelece critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Em complemento aos Comunicados acima mencionados, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil divulgaram diversos normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulatório, que passaram a produzir efeitos a partir de 01.07.2008, entre eles:

- Resolução CMN nº 3.444/2007 – Define o Patrimônio de Referência (PR), utilizado para fins da verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- Resolução CMN nº 3.490/2007 – Define o Patrimônio de Referência Exigido (PRE);
- Circular BACEN nº 3.360/2007 – Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do PRE referente às exposições ponderadas por fator de risco (PEPR);
- Circulares BACEN nºs 3.361/2007 a 3.364/2007, 3.366/2007, 3.368/2007 – Estabelecem os procedimentos para o cálculo da parcela do PRE referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real, taxa dos cupons de moedas estrangeiras, taxa dos cupons de índices de preços, taxa dos cupons de taxa de juros, preço de ações e de mercadorias;
- Circular BACEN nº 3.365/2007 – Dispõe sobre a mensuração de risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação;
- Circular BACEN nº 3.389/2008 – Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do PRE referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial;
- Circular BACEN nº 3.383/2008 (alterada pela Circular nº 3.476/2009) – Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do PRE referente ao risco operacional (POPR), de que trata a Resolução CMN nº 3.490/2007.



Com base nos normativos mencionados no parágrafo anterior, em 30 de setembro, o Patrimônio de Referência (PR) é demonstrado conforme a seguir:

	CONSOLIDADO FINANCEIRO		CONSOLIDADO	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Patrimônio de referência (PR)	7.607.531	5.977.079	7.510.201	5.878.236
- Nível I	5.551.968	5.258.045	5.551.968	5.258.045
Patrimônio líquido	5.585.893	5.344.560	5.585.893	5.344.560
Ativo permanente diferido excluído do nível I	(21.954)	(85.982)	(21.954)	(85.982)
Ajuste de avaliação patrimonial excluído do nível I	(11.971)	(533)	(11.971)	(533)
- Nível II	2.055.563	719.034	2.055.563	719.034
Instrumentos de dívida subordinada	2.043.592	718.501	2.043.592	718.501
Ajuste de avaliação patrimonial	11.971	533	11.971	533
- Deduções	-	-	(97.329)	(98.843)
Cotas de fundo de investimento	-	-	(97.329)	(98.843)
Patrimônio de referência exigido (PRE)	6.591.645	4.818.164	6.500.326	4.786.047
- Risco de crédito	6.229.223	4.626.377	6.123.045	4.582.213
Exposições ponderadas por fatores de risco (PEPR)	6.229.223	4.626.377	6.123.045	4.582.213
- Risco de mercado	180.648	81.743	180.648	81.743
Exposições classificadas na carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros (PJUR)	173.622	76.979	173.622	76.979
Taxas de juros prefixadas denominadas em real (PJUR1)	16.990	3.388	16.990	3.388
Cupons de moedas estrangeiras (PJUR2)	82.050	22.524	82.050	22.524
Cupons de índices de preços (PJUR3)	74.582	51.067	74.582	51.067
Risco de operações sujeitas à variação de preços de commodities (PCOM)	151	3.931	151	3.931
Exposições classificadas na carteira de negociação sujeitas à variação do preço de ações (PACS)	6.875	833	6.875	833
- Risco operacional (POPR)	181.774	110.044	196.633	122.091
Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira de negociação (RBAN)	34.012	6.856	34.012	6.856
Margem de capital (PR-PRE-RBAN)	981.875	1.152.059	975.864	1.085.333
Índice de Basileia [PR*100/(PRE/0,11)]	12,70%	13,65%	12,71%	13,51%

(1) Conforme Resolução nº 3.674/2008, revogada através da Resolução nº 3.825/2009, que produziu efeitos a partir de 01.04.2010.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Política de seguros

O Banco Safra e suas controladas, apesar de possuírem reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

b) Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria é composto por cinco integrantes, nomeados pelo Conselho de Administração dentre os quais quatro são diretores do Banco, e um é membro independente. O Comitê tem por objetivo monitoramento e acompanhamento da efetividade dos controles internos, da qualidade e integridade de suas demonstrações contábeis e do desempenho das auditorias interna e independente.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Banco Safra S.A.

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias do Banco Safra S.A. em 30 de setembro de 2011 que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de acordo com o requerido pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias acima referidas não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Banco Safra S.A.

Outros assuntos

Demonstração consolidada intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração consolidada intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é considerada informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não esteja adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período findo em 30 de setembro de 2010

A revisão das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão com data de 3 de novembro de 2010, sem ressalvas. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Como parte de nossos trabalhos sobre as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias em 30 de setembro de 2011, revisamos também as reclassificações descritas na Nota 2(c) que foram efetuadas para permitir a comparabilidade das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias de 2010. Com base nessa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que tais reclassificações não estejam apropriadas e corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre essas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luiz Antonio Fossa
Contador CRC 1SP196161/O-8